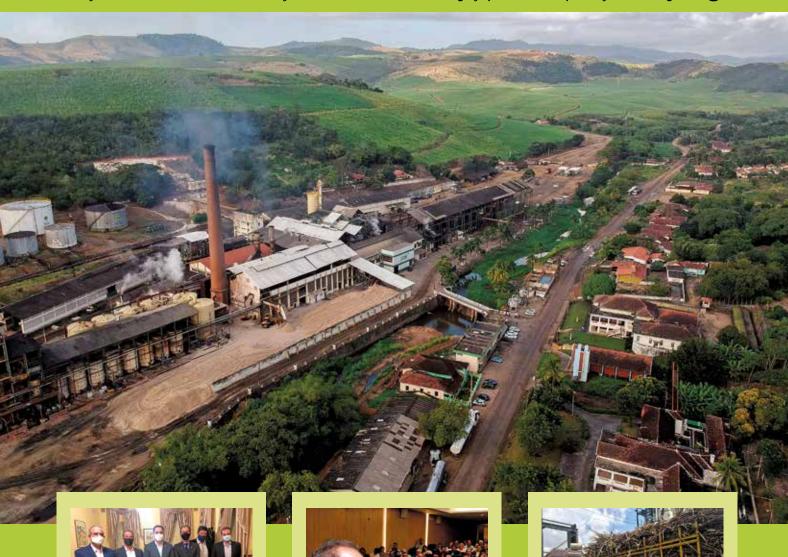
Gazeta ERNAMBU

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO | ANO X | № 28 | JULHO A SETEMBRO DE 2020

Coaf inicia 6ª moagem e inova com produção de açúcar e energia

Usina deve moer 840 mil de toneladas de cana e produzir 50 milhões de litros de etanol e mais 20 milhões de litros de cachaça, além de 10 mil toneladas de açúcar e 60 mil toneladas de bagaço para venda e produção de energia. ഉഷ്ട്രം 43



AFCP encampa luta pelo crédito presumido também para CooafSul Fornecedores de cana

reprovam mais isenção para o etanol dos EUA

Usina só pode usar CAR do canavieiro com aval da AFCP e Sindicape



Editorial

Alexandre Araújo de Morais Andrade Lima *Presidente*

Cooperativismo de canavieiros nas usinas avança em PE

Desde 2014, uma das atividades econômicas mais tradicionais do estado de Pernambuco vem passando por grandes transformações. O segmento dos fornecedores independentes de cana, formado majoritariamente por pequenos produtores, tem assumido o protagonismo não somente dentro dos canaviais, mas também nos parques industriais das usinas. Centenas de canavieiros dos milhares existentes estão apostando na organização através do cooperativismo agroindustrial no setor sucroenergético de PE. Das 13 usinas em funcionamento no estado, três delas foram reativadas e têm sido administradas por gestões cooperativistas desses agricultores.

São elas: Agrocan/Pumaty (Joaquim Nabuco), Coaf/Cruangi (Timbaúba) e CooafSul/Estreliana (Ribeirão), esta última reativada na safra 2020/21.

Entre apoio e empecilhos criados pelo Governo do Estado, a exemplo do estímulo fiscal em leis estaduais para a reativação da Pumaty e Cruangi, mas sendo negado para a CooafSul, estas cooperativas têm promovido o desenvolvimento socioeconômico através da cultura canavieira. Os números de produção e de faturamento são expressivos, bem como de distribuição de renda entre os trabalhadores diretos e indiretos, além do aquecimento econômico nos comércios locais e da região em torno das unidades, bem como a geração milionária de ICMS para PE com a produção de etanol.

A previsão de faturamento das três usinas cooperativistas para safra atual gira em torno de quase meio bilhão de reais, sendo R\$ 230 milhões pela Coaf, R\$ 130 milhões pela Agrocan e R\$ 100 milhões pela Cooaf-Sul. As unidades também se destacam pela grande oferta de postos de trabalho. Juntas, elas geram mais de 10 mil empregos direitos entre a fábrica e o campo, nos canaviais de seus cooperados, a exemplo dos 800 produtores da Cooperativa da Associação dos Fornecedores de Cana (Coaf/AFCP).

As cooperativas também se destacam pelo fato de que o canavieiro não ganha só

pela cana fornecida, mas por tudo que é fabricada na usina. E, ainda assim, o agricultor tem recebido o melhor preço da cana. Não à toa, por anos, a Coaf tem pago um dos melhores ATR e também bonificação. Além disso, também distribui sobra do faturamento anual. A Coaf partilhou R\$ 8 mi somente na última safra. Juntando tudo isso, destacou-se como sendo a usina com o maior preço pago pela cana do fornecedor no Brasil.

Ademais, o avanço do cooperativismo das usinas pelo setor canavieiro também tem estimulado uma melhor distribuição agrária, já que cresceu a produção de cana através dos pequenos fornecedores independentes. Há pouco tempo, antes do surgimento e do estímulo ofertado através da Agrocan, Coaf e CooafSul, a cana própria das usinas representava 72% de toda produção no estado. Agora baixou para 54%, diante da volta do plantio da cana pelos canavieiros, responsáveis por 46% na atualidade.

EXPEDIENTE

PERNAMBU CAMA

Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.028 | Imbiribeira | Recife/PE Telefone: (81) 3316.0955 Site: www.afcp.com.br

> Alexandre Andrade Lima Presidente

> > **Paulo Giovanni Reis** 1º Vice-presidente

Fábio Luiz de Lira Carneiro Filho 2º Vice-presidente

Damião Gomes Pereira Filho | Tesoureiro Ivaldo Alvim Soares Neto | Vice Tesoureiro Felipe Neri Malta Lima | 1º Secretário Marcionilo Pedrosa Costa | 2º Secretário

CONSELHO FISCAL EFETIVOS: Jorge Luiz de Borba Campos Bartolomeu Guedes Alcoforado Luiz Octávio de Araújo Oliveira Coutinho

> SUPLENTES: Virgílio Antônio Gondim Pacífico Emílio Celso Acioli de Morais Jaime Galdino Silva

Diagramação | Janio Santos Reportagens | Robério Coutinho Fotógrafos | Josué Malta e Alexandre Lima Tiragem: 2.000 exemplares

Aconteceu

AFCP se despede de Eça Fernandes



Gentil, de sorriso fácil e bem irreverente, assim a AFCP continuará a lembrar de Eça Fernandes, 86 anos, que cumpriu a sua jornada terrena, partindo no começo de setembro. Dedicou grande parte da vida na Associação, defendendo o setor canavieiro de PE. Foi diretor e colaborador da entidade. Na década de 1950, já era secretário do Bancooplan - primeira cooperativa bancária do segmento que reuniu mais de cinco mil fornecedores de cana.

AFCP homenageia Jerônimo Joaquim



Com 73 anos de vida, e a metade dela transportando dirigentes e funcionários da AFCP em defesa do setor canavieiro, Jerônimo Joaquim, o motorista mais antigo e na ativa da entidade, fechou seu ciclo profissional em julho. Sua despedida não passou despercebida por seus colegas. Organizaram uma homenagem em reconhecimento por seus serviços. Sr. Jerônimo é natural de Vicência e passou 31 anos na entidade, no Recife. Era um dos funcionários mais antigos do local.

Usina CooafSul inicia primeira moagem sem créditos fiscais

O deputado estadual Aloísio Lessa, que presidiu a audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado sobre a reativação da Estreliana, em Ribeirão, conhece bem as outras duas usinas cooperativadas no estado, a Coaf e a Agrocan. O político é um dos primeiros articuladores disso, ainda no governo de Eduardo Campos. Ele lembrou das dificuldades no começo e do êxito depois. Assim, junto aos deputados Clovis Paiva, ex-prefeito de Ribeirão, Antônio Moraes e Henrique Filho, bem como do atual prefeito, Marcelo Maranhão, pediu para a CooafSul um voto de confiança para reativar a Estreliana, mesmo diante do impasse criado pelo governo estadual com a negativa do crédito presumido para unidade. Os políticos assumiram o compromisso de ampliar o debate junto ao governo de PE.

"Confiamos no Poder Legislativo e neste governo, afinal, o governador Paulo Câmara foi o criador dessas leis em defesa do coope-



Mesmo com a impasse com o governador Paulo Câmara sobre o crédito presumido de 18,5% de ICMS definido em leis estaduais, a Cooperativa de Fornecedores de Cana (CooafSul) reativou a antiga usina Estreliana, em Ribeirão, na Mata Sul

rativismo de usinas através dos produtores de cana, como fez com a Coaf e com a Agrocan. Por isso iniciamos a moagem no final de setembro, esperando que o governo revisará a questão em favor de todos os envolvidos nesta grande cadeia produtiva e benéfica para Pernambuco", informou Caca, que é presidente da CooafSul. A usina voltou a funcionar no dia depois da audiência pública que foi realizada na Associação dos Fornecedores

de Cana de Pernambuco (AFCP). Além dos deputados e das lideranças do setor canavieiro, também participaram o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB-PE), Malaquias Ancelmo, e representantes sindicais dos trabalhadores, como o coordenador da CTB da Mata Sul, Givanildo Marques, e Gilvan Antunis, que é presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de PE (Fetaepe).

Boatos contra o cooperativismo

Durante a audiência pública, o presidente da AFCP, Alexandre Andrade Lima, aproveitou para desmistificar boatos que circulam pelo Governo e que ele acredita que podem ter influenciado na negativa do crédito para CooafSul. A primeira é que não é verdade que a cana usada nas usinas cooperativistas já representa a metade de toda a matéria-prima de PE, provocando a quebradeira das demais usinas. Na última safra, a Coaf e a Agrocan apenas moeram 1,7 milhão de toneladas, enquanto as outras 12,5 milhões. Outro mito é que crédito para CooafSul seria renúncia fiscal, quando ocorre justamente o contrário, pois, a usina parada não gera ICMS, já fabricando etanol deve gerar R\$ 9,5 milhões do tributo. "Só não geraria o ICMS se a usina fosse produzir açúcar por conta da política fiscal praticada. Isso não ocorre em relação ao etanol", explicou Andrade Lima.



Alepe realiza audiência pública na AFCP e debate crédito presumido para usina Estreliana ser reativada pela Cooperativa dos Fornecedores de Cana da Mata Sul

Moagem e decisões judiciais

A CooafSul, formada por 629 canavieiros da Mata Sul, já investiu R\$ 7,5 milhões no parque industrial da usina Estreliana para a reativação da unidade no fim de setembro. A expectativa para esta safra é de moer 550 mil toneladas de cana e produzir etanol e gerar cerca de R\$ 9,5 milhões de ICMS para os cofres públicos de Pernambuco. Também passou a gerar 2,7 mil empregos diretos no campo e na fábrica. Apesar disso, uma decisão liminar de um desembargador da 4ª Câmara Direito Público do Recife frustrou a abertura do empreendimento, com prejuízo para a Mata Sul. A liminar atendeu a Procuradoria da Fazenda Estadual, revertendo uma decisão judicial anterior que garantia os créditos fiscais de 18,5% de leis estaduais, válidas até 2022, para as cooperativas de fornecedores de cana reativarem usinas fechadas em Pernambuco, como a CooafSul referente à Estreliana, que estava fechada há mais de um ano.



Caca (CooafSul) e Alexandre Andrade Lima (Coaf) defendem crédito fiscal para todas as cooperativas de fornecedores de cana que reativam usinas fechadas

Usina Coaf amplia mix na 6ª moagem em Timbaúba

Desde a safra 2015/2016, a unidade é gerida pela cooperativa formada por 600 fornecedores de cana em PE. A previsão para safra deste ano é de esmagar 840 mil toneladas de cana, até março do próximo ano

A usina da Cooperativa da Associação dos Fornecedores de Cana (Coaf) iniciou a sua 6º moagem no final de agosto, após a reativação da antiga Cruangi em Timbaúba, na Mata Norte de PE. Após sua moagem recorde na última safra, com amplo crescimento de 25,7%, esmagando 845 mil toneladas de cana, a unidade espera outra moagem nestes parâmetros. Para safra atual, além do etanol e cachaça, também produzirá açúcar para o mercado interno, além de produzir e comercializar, também pela 1ª vez, energia elétrica gerada através da biomassa do bagaço da cana.

"Nossa expectativa para safra é de moer 840 mil de toneladas e produzir 50 milhões de litros de etanol, 20 milhões de litros de cachaça e 10 mil toneladas de açúcar. Além disso, 60 mil toneladas de bagaço de cana



Manterá a fabricação de milhões de litros de etanol e cachaça, mas inova com o mix também voltado para produção de toneladas de açúcar com as marcas AquAzul e Timbaúba. A unidade ainda comercializará energia da biomassa da cana

e também deveremos comercializar energia elétrica a partir da queima da biomassa nas termelétricas da Coaf, estas já aprovadas pela Aneel, que aguardam só o aval final da Companhia Elétrica de Pernambuco (Celpe) para entrarem em funcionamento", fala Alexandre Andrade Lima, presidente da usina cooperativista em PE.

Presidente da Alepe visita Coaf

No final de agosto, prestes a iniciar sua 6ª safra, o presidente da usina Coaf, Alexandre Andrade Lima, recebeu uma comitiva de deputados federal e estadual na unidade em Timbaúba. Entre eles, o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Eriberto Medeiros e também Eduardo da Fonte. Além do apoio à Coaf, hipotecaram solidariedade a CooafSul, cooperativa também de canavieiros que reativam a usina Estreliana, em Ribeirão.



Deputados Eriberto Medeiros e Eduardo da Fonte apoiam usinas cooperativadas

Coaf recebe Antônio Moraes

No fim de setembro, foi a vez do deputado estadual Antônio Moraes prestigiar a Coaf. O parlamentar, que também é grande apoiador da reativação e gestão de usinas através de cooperativas de canavieiros, conferiu de perto a unidade em pleno funcionamento. A visita foi acompanhada pelo presidente e vice-presidente da Coaf, Alexandre Andrade Lima e Rodrigo Borba respectivamente, além de outros cooperados.



Deputado estadual Antônio Moraes acompanha produção de etanol na usina Coaf



Plantio de cana de baixa densidade reduz 20% do custo

O condomínio dos canaviais dos produtores vinculados à usina Coaf começa a passar por mudanças no cultivo para atender novos padrões econômico e ambiental. O engenheiro Agrônomo da entidade, Geraldo Barros, tem apresentado aos cooperados os benefícios do replantio da cana através do sistema de baixa densidade. Ao invés do modelo convencional, a mudança reduz o uso de máquinas e os custos e utilização de óleo diesel e insumos – materiais poluentes. O agricultor também utiliza menos sementes e produz mais cana por safra.

"A economia é 5,5 a 6,5 toneladas/hectares (ton/ha) semente no semeio e de 0.5 a 2 ton/ha plantado de descarte. Quanto ao aumento de produção é de 6,5 a 8 por hectares tonelada a mais de cana para moagem", informa Barros. Um estudo recente do Departamento Técnico da Associação dos Fornece-



Coaf tem apostado na técnica que tem elevado a produção e reduzido o uso de sementes e custos em comparação ao plantio convencional

dores de Cana de PE aponta uma produção 20,2% mais barata. O replantio de uma tonelada sai por R\$ 5.942,29 pelo plantio de baixa densidade de mudas, enquanto que o convencional fica por R\$ 6.625,35. O engenheiro garante que são diversos benefícios.

Sócio da AFCP pode usar canas da Ridesa sem pagar royalties

Ao invés do pagamento de royalties de até R\$ 300 por hectare pelo uso da cana melhorada geneticamente, como cobrado no centro-sul do Brasil, os produtores vinculados à Associação dos Fornecedores de Cana de PE (AFCP) continuarão usando as melhores variedades de cana para região sem essa cobrança por mais cinco anos. O acordo foi renovado, em agosto, entre a AFCP e a Rede Interuniversitária para Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (Ridesa), através da Estação Experimental de Cana-de-Açúcar do Carpina, que pertence à Universidade Federal Rural (UFRPE).

Para Djalma Euzébio, coordenador da Ridesa em PE, a implantação dos convênios com as unidades agroindustriais e associações canavieiras ajuda no financiamento dessas pesquisas para o desenvolvimento de novas variedades da cana, as quais são indispensáveis para o aumento da produtividade e do ATR (indicador importante para a definição do preço da cana). "Nossas estações de cruzamento de variedades da cana, esta que são usadas pelo país, estão agui no NE, especificamente em Pernambuco e em Alagoas", fala o pesquisador, que também lidera a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar do Carpina, da UFRPE.

Trator agora poderá circular nas vias sem apreensões

Em julho, meses após o pleito da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) ao secretário executivo do Ministério da Agricultura (Mapa), Marcos Monte, a pasta ministerial, em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), anunciou o lançamento de uma plataforma digital (AGID) para o registro nacional de tratores e equipamentos agrícolas sem custo para o produtor rural. O sistema, que tem previsão para ser disponibilizado na web e em aplicativos IOS e Android no próximo mês, evitará que os veículos fabricados a partir de 2016 continuem sendo apreendidos em vias públicas do país pela falta de registro disponibilizado pelo Mapa, apesar de exigido pela legislação.

"O pleito foi levado ao ministério pela Feplana em novembro, recebendo apoio de Monte e também da Câmara Setorial do Açúcar e do Álcool do Mapa", explica Cid Caldas, coordenador geral de Cana-de-Açúcar e Agroecologia da pasta. O gestor destaca a importante parceria do Mapa com a CNA, que desenvolveu a solução moderna (APP) para a questão, atendendo a legislação através do aplicativo e ainda aproximando o setor agropecuário, a indústria de fabricantes de equipamentos e os importadores de máquinas com as entidades de classe dos produtores rurais. Cid conta que o AGID permitirá até que os novos equipamentos adquiridos pelos produtores já saiam pré-cadastrados, dando agilidade na compra de tratores e máquinas e no respectivo registro no ministério.



Setor rejeita mais isenção do etanol dos EUA

Embora o Governo Federal acatou a proposta do Ministério de Relações Exteriores para estender por mais três meses a isenção fiscal da cota dada para o etanol importado dos EUA, o setor sucroenergético brasileiro, formado pelas principais entidades dos segmentos industrial e campo, e o presidente da Frente Parlamentar Mista da Agricultura (Alceu Moreira) tinham rejeitado qualquer prorrogação. O setor produtivo defende é que a negociação entre os países continue, mas também em relação à isenção verdadeira em relação à entrada do açúcar brasileiro no país de Trump.

O setor foi inclusive consultado a respeito pelo Governo Federal no início de setembro, através de uma videoconferência coordenada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, com a presença dos ministros de Minas e Energia (Bento Albuquerque), Relações Exteriores (Ernesto Araújo) e do secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Roberto Frendt). "Todos nós entendemos que os EUA é um parceiro central para o Brasil, mas não poderíamos aceitar a proposta de mais prorrogação sem contrapartidas relativas ao nosso açúcar" disse Alexandre Andrade Lima, presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) - uma das entidades presente na reunião com os ministros.

Lima lembrou inclusive do impacto já causado aos 70 mil fornecedores de cana

brasileiros pela entrada dos 750 mi de litros de etanol dos EUA sem taxação nos últimos 12 meses, inclusive durante a pandemia da covid-19 - período onde houve queda acentuada no consumo de etanol no Brasil. "Cerca de 80% de todo o etanol que entra no Brasil oriundo dos EUA é comercializado



Entidades tomaram a decisão por unanimidade durante videoconferência coordenada pela ministra da Aaricultura, Tereza Cristina, com a presenca dos ministros de Minas e Energia (Bento Albuquerque), Relações Exteriores (Ernesto Araúio) e do secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Roberto Frendt)

dentro do Nordeste, região na qual começou a moagem de cana para produção de etanol. Logo, é prejudicial validar a extensão do problema e sem contrapartidas dos Estados Unidos", disse Lima. Por isso, o setor defende a continuidade nas tratativas sem nova prorrogação.

Feplana defende produção de álcool 70º por usinas

Em setembro, sob a presidência de Alexandre Andrade Lima, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Acúcar e do Álcool (CSAA), do Ministério da Agricultura (Mapa), deliberou e enviou para ministra Tereza Cristina uma moção solicitando seu apoio para que a Agência Nacional de Vigilância (Anvisa) renova a resolução (RDC 350) que permite usinas sucroenergéticas produzirem e negociarem álcool etílico 70° durante a pandemia. A câmara debateu sobre outros temas, como o atual mercado de CBios no país e as negociações do governo federal sobre a importação do etanol dos EUA, além das questões de transporte e logística do setor sucroenergético, bem como a sua agenda estratégica nos próximos anos.

"Solicitamos à ministra que nos apoie para que a resolução da Avisa seja esten-



Alexandre Andrade Lima, presidente da Feplana e da CSAA/Mapa, solicitou a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o seu apoio para que a Anvisa renove uma de suas resoluções para que as usinas sucroenergéticas brasileiras continuem produzindo e negociando álcool etílico 70º durante a pandemia

dida durante a pandemia. A produção de álcool 70° por centenas de usinas ajudou a sociedade brasileira no combate à covid-19. As unidades sucroenergéticas inclusive doaram milhares de litros do produto para as escolas, hospitais e outros equipamentos públicos. A usina Coaf, por exemplo, em Timbaúba-PE, já doou 12,3 mil litros", diz Lima

A resolução da Avisa, no entanto, dando a autorização para a produção e comercialização do álcool 70º venceu em agosto. Com isso, as usinas também amagam um prejuízo comercial, porque as unidades tinham essa alternativa paralela de negócios diante da queda elevada da comercialização do etanol combustível durante a pandemia, sobretudo durante os meses de quarentena, de isolamento social radical.

"Contamos com o apoio da ministra Tereza junto à Anvisa para conseguir a prorrogação da medida em favor do setor e toda a sociedade", diz Lima, que também preside a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.



Articulação evita hipertributação do CBios

A Feplana e demais entidades ligadas ao setor de biocombustíveis, apoiadas pelo deputado federal Arnaldo Jardim e pelos ministros Bento Albuquerque e Tereza Cristina, evitaram o aumento da alíquota do CBios de 15% para 34%

Em agosto, um mês após entidades do biocombustíveis, incluindo a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), assinarem uma carta com a Frente Parlamentar do Agronegócio em defesa da manutenção da alíquota tributária especial do Crédito de Descarbonização (CBios) da Lei do RenovaBio, o Congresso Nacional rejeitou o veto presidencial contrário à alíquota ao aprovar uma emenda do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). O veto havia sido orientado pelo Ministério da Economia e estava em vigor desde abril quando o governo federal reformulou a Medida Provisória 897 (MP do Agro).

"Sob a liderança de Arnaldo Jardim, em apoio às entidades do setor, uma grande aliança parlamentar se formou em defesa do RenovaBio. Sua emenda foi aprovada quase por unanimidade e o veto presidencial caiu, restabelecendo a alíquota original do CBios. Contamos com o apoio de uma parte do governo, desde o começo com os ministros de Minas e Energia (Bento Albuquerque) e da Agricultura (Tereza Cristina), e depois com o Ministério da Economia,



 $Sob\ a\ liderança\ de\ Arnaldo\ Jardim,\ em\ apoio\ \grave{a}s\ entidades\ do\ setor,\ grande\ aliança\ se\ formou\ em\ defesa\ do\ Renova Bio.\ Sua$ emenda foi aprovada quase por unanimidade e o veto presidencial caiu, restabelecendo a alíquota original do CBios

não se opondo à derrubada do veto", agradece a todos os envolvidos, o presidente da Feplana, Alexandre Andrade Lima.

O governo apoiou a derrubada do veto após analisar que a alíquota especial do CBios não era uma renúncia de receita, isto porque nunca houve antes a tributação de arrecadação sobre os títulos verdes. Lima fala

que a derrubada do veto restaura o potencial do RenovaBio através do seu principal instrumento que é o CBios. "O veto mais que dobrava a tributação de imposto de renda do CBios, subindo de 15% para 34%, o que inviabilizaria os investimentos nos biocombustíveis, destruindo o objetivo central do próprio RenovaBio", fala o líder da Feplana.

Feplana solidária ao criador do RenovaBio



Federação dos Plantadores de Cana do Brasil lamenta demissão de Miguel Lacerda do Ministério de Minas e Energia. Miguel foi criador e era o principal gestor do Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) se solidariza com Miquel Lacerda, um dos principais criadores e gestores do Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), demitido do Ministério de Minas e Energia (MME) em setembro, sem aviso prévio, da respectiva diretoria do Departamento de Biocombustíveis, de onde atuava desde a gestão do ministro Fenando Bezerra Coelho, ainda na gestão do governo Temer, quando conseguiu formular e viabilizar a criação do RenovaBio no País.

"Sem Miguel, o RenovaBio não estaria no patamar que se encontra hoje. Claro que contou com toda uma equipe e parceiros importantes. Miguel difundiu o RenovaBio não somente no Brasil, mas em todo o mundo por meio deste programa socioeconômico e ambiental - única iniciativa do gênero do governo para cumprir as metas da Conferência do Clima da ONU (COP21), ao estimular toda a cadeia produtiva do etanol para retirar CO² da atmosfera", fala Alexandre Andrade Lima, presidente da Feplana.



Não deixe a sua produção parar. Faça já a revisão do seu trator MASSEY na **Dafonte Tratores** e ganhe um DESCONTO EXCLUSIVO





PE: (81) 3087-0266 - PB: (83) 3232-3500 www.dafonte.com.br



CBios para associados da AFCP e Sindicape

Usinas só podem usar o CAR dos canavieiros para o RenovaBio com a autorização da AFCP e do Sindicape, e desde que assumam o compromisso da partilha dos créditos financeiros (CBios) com o agricultor

A partir desta safra, as usinas brasileiras que produzirem etanol já podem ser beneficiadas pelo crédito de descarbonização (CBios) da Lei Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que está sendo negociado na bolsa de valores. Além da variação no mercado de ações, o CBios terá valor maior quanto melhor for a produção do etanol no quesito ambiental, levando em conta inclusive o cultivo da cana dos fornecedores e suas propriedades. Por isso, as usinas precisam do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do canavieiro. Porém, mesmo que o agricultor forneça sua matéria-prima e repasse os dados do CAR para as usinas, o RenovaBio não lhe garante o recebimento do CBios.

Esta questão já está sendo revista na Câmara Federal, através de um Projeto de



Sindacúcar-PE e usinas receberam a notificação da AFCP e do Sindicape após uma decisão unânime dos fornecedores de cana durante assembleia em agosto

Lei do deputado Efraim Filho (DEM-PB), a pedido da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana). O pleito tem o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), além de órgãos nacionais e regionais ligados às culturas da cana (Feplana, Unida, Orplana) milho (Abramilho), soja (Abrasoja), palma (Abrapalma) e também da bovinocultura (ABCZ).

Contudo, a fim de garantir o CBios para os canavieiros de PE já a partir desta safra, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado (Sindicape), seguindo a recomendação da União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida), orienta seus sócios para não fornecerem os dados do CAR às usinas, sem que estas se comprometam com o pagamento do CBios. A questão já foi até aprovada durante assembleia da categoria na AFCP.

Certificação socioambiental para cana do fornecedor



Lançamento do selo ProAR foi realizado na Asplan-PB, entidade pioneira na iniciativa em todo o Brasil

O produtor de cana paraibano passa a contar de forma pioneira no País com a certificação (ProAR) de suas práticas socioambientais para habilitá-lo no mercado de crédito de carbono nacional e internacionalmente, além de oportunizar e qualificar seus negócios em CBios da Lei do RenovaBio. O lançamento do ProAR, que contou com a presença do presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, Alexandre

Andrade Lima, foi realizado na Asplan-PB, no começo de setembro. "Dada as vantagens econômicas e ambientais, acreditamos que o ProAr deva se espalhar pelos canaviais do País. Em Pernambuco, a Associação dos Fornecedores de Cana (AFCP) já está em tratativa com a consultoria responsável por executar o ProAR e por conduzir o trabalho de certificação", diz Lima, parabenizando o protagonismo da Asplan-PB.

É tempo de...

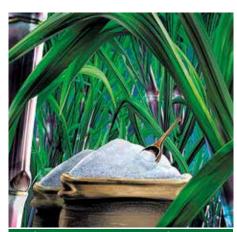
... entrar no mercado global e nacional de carbono. Para isso, o produtor precisará qualificar seu processo produtivo de cana, elevando a redução da emissão CO² ao usar menos insumos derivados de petróleo e outras questões. O mercado de crédito de carbono está em franca expansão e movimentou US\$ 897 bilhões no mundo.

... baixar os custos no plantio da cana através da redução das sementes utilizadas e da diminuição com custos operacionais, além de aumentar a produção por safra, e reduzir a emissão de CO² no cultivo. Para isso, a Coaf/AFCP estimula a adoção do sistema de plantio de baixa densidade. A economia é de 5,5 a 6,5 ton/hec semente no semeio e de 0,5 a 2 ton/ha plantado de descarte. O aumento de produção é de 6,5 a 8 por hec/ton a mais de cana para moagem.

Você sabia?

que Pernambuco seguiu o direcionamento de Goiás para o fortalecimento da compreensão da sociedade sobre a importância socioeconômica do cultivo de cana? A pedido da AFCP, o deputado estadual Antônio Moraes apresentou o Projeto de Lei 0012/2020, onde obriga os postos a afixarem cartaz dizendo: "Na hora de abastecer, escolha etanol".

que o associado da AFCP se beneficia há seis anos com a autorização ambiental para a queima solidária da cana dos grandes, médios e até os pequenos produtores? Isso só é possível por conta de uma parceria com a CPRH. A iniciativa trás o associado para a AFCP, prepara a sua documentação, envia para o órgão ambiental de Pernambuco e também paga pelo licenciamento da queima.



AÇÚCAR TOTAL RECUPERÁVEL (ATR) - PERNAMBUCO -

MÊS	VALOR (KG)	PREÇO BRUTO DA (T) Cana padrão* R\$
JUL/2020	0,8703	103,57
AG0/2020	0,9157	108,97
SET/2020	0,9199	109,47

*Cana com 119,0063Kg ATR por Tonelada Cana